



**PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO PARANÁ**
13ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA

Autos nº 0023147-68.2018.8.16.0013

Prisão Preventiva.

Trata-se de pedido de **prisão preventiva** formulado pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**, por meio do **Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO)**, em face dos investigados **CARLOS ALBERTO RICHA (BETO RICHA)**, **JOSÉ RICHA FILHO (PEPE RICHA)**, **EZEQUIAS MOREIRA RODRIGUES**, **LUIZ ABI ANTOUN**, **DEONILSON ROLDO (DEO)**, **CELSO ANTÔNIO FRARE**, **EDSON LUIZ CASAGRANDE**, **TULIO MARCELO DENING BANDEIRA**, **ALDAIR WANDERLEI PETRY (NECO)** e **DIRCEU PUPO FERREIRA**, pela prática dos crimes de organização criminosa, corrupção ativa e passiva, fraude à licitação e lavagem de dinheiro.





**PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO PARANÁ**
13ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA

Relatório dos fatos:

De acordo com o asseverado pelo Ministério Público, orientado pelos elementos informativos colhidos no Acordo de Colaboração Premiada celebrado com o colaborador **ANTÔNIO CELSO GARCIA (TONY GARCIA)** e homologado por este Juízo nos autos nº 0016675-51.2018.8.16.0013, e embasado nos elementos de prova que instruem o presente pedido e instruíram o pedido de prisão temporária nos autos nº 0021378-25.2018.8.16.0013, os investigados se organizaram criminosamente buscando a obtenção de vantagem ilícita decorrente da prática de crimes de fraude à licitação, corrupção ativa e passiva e lavagem de dinheiro.

Conforme relatado, o Governo do Estado do Paraná, na gestão do então governador **CARLOS ALBERTO RICHA (BETO RICHA)**, a partir do ano de 2011, implementou o programa denominado "**Patrulha do Campo**", que consistia em um sistema de readequação e melhorias de estradas rurais no Estado do Paraná. Para tal implementação, publicou-se o edital de concorrência nº 053/2011, cujo objeto era o "fornecimento de equipamentos e veículos novos, mediante locação para atuação na adequação e melhorias das estradas rurais", que foi dividido em 03 (três) lotes no valor total, não atualizado, de R\$ 72.190.004,40 (setenta e dois milhões, cento e noventa mil, quatro reais e quarenta centavos).





PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO PARANÁ
13ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA

Ocorre que, de acordo com o informado pelo colaborador **TONY GARCIA**, após a eleição ao Governo do Estado no ano de 2010, ele teria sido procurado pelos empresários OSNI PACHECO (já falecido e dono da COTRANS LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA.) e **CELSO ANTÔNIO FRARE** (dono da OURO VERDE TRANSPORTE E LOCAÇÃO S.A.), para intermediar uma proposta de implementar o projeto “Patrulha do Campo” mediante o aluguel de máquinas da iniciativa privada. A ideia era fraudar a licitação, de modo que as empresas que fizessem parte do esquema criminoso se tornassem vitoriosas, beneficiando os empresários com o desvio de verbas públicas por meio de contratos superfaturados, que então repassariam propina aos agentes do governo como contraprestação.

Aceita a proposta fraudulenta pelo então Governador **BETO RICHA**, este orientou que o colaborador entrasse em contato com seus homens de confiança, **EZEQUIAS MOREIRA RODRIGUES** e **DEONILSON ROLDO (DEO)**, e como seu irmão, então Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, **JOSÉ RICHA FILHO (PEPE RICHA)**, para implementarem o esquema criminoso, como de fato ocorreu. Por sua vez, os empresários OSNI PACHECO e **CELSO FRARE** cuidaram de orientar a elaboração do processo de licitação de modo a beneficiar suas empresas.



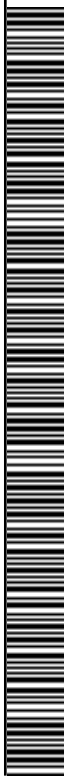


PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO PARANÁ
13ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA

Após desaconselhado pelo Governador **BETO RICHA** a concorrer no certame licitatório, o colaborador **TONY GARCIA** convidou o empresário **JOEL MALUCELLI** (dono da J. MALUCELLI EQUIPAMENTOS S.A.) para fazer parte do intento criminoso. Assim, os empresários **OSNI PACHECO**, **CELSO FRARE** e **JOEL MALUCELLI**, juntamente com o colaborador **TONY GARCIA** e **ALDAIR WANDERLEI PETRY (NECO)**, reuniram-se no interior do DER/PR para deliberarem sobre a conformação do edital e o pagamento das propinas ao então Governador.

O certame licitatório nº 053/2011 foi realizado junto ao DER, órgão subordinado à Secretaria de **PEPE RICHA**, com os direcionamentos preparados pela organização criminosa, sagrando-se vencedoras as empresas **COTRANS LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA.** (lote 01, contrato nº 224/2012), **OURO VERDE TRANSPORTE E LOCAÇÃO S.A.** (lote 02, nº 227/2012) e **TERRA BRASIL TERRAPLANAGEM LTDA-ME** (lote 03, nº 225/2012).

Embora a empresa **TERRA BRASIL TERRAPLANAGEM**, de acordo com as informações prestadas pelo colaborador, não tenha participado do esquema criminoso até o momento em que se sagrou vencedora de parte dos lotes licitados, o seu real proprietário, o então Secretário de Governo do Estado do Paraná **EDSON LUIZ CASAGRANDE**, e seu advogado e





**PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO PARANÁ**
13ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA

representante **TULIO DENIG BANDEIRA**, auxiliados por **ANDRÉ FELIPE BANDEIRA**, **EMERSON SAVANHAGO** e **ROBISON SAVANHAGO**, foram então aliciados pelos demais integrantes da organização criminosa para aderirem à empreitada fraudulenta.

Assim, após nova divisão informal dos lotes entre os membros da organização criminosa, a empresa **TERRA BRASIL TERRAPLANAGEM** ficou com o lote 03, composto por 9 (nove) patrulhas, das quais 2 (duas) passariam ao colaborador **TONY GARCIA**; a empresa **COTRANS** ficou com o lote 01, composto por 12 (doze) patrulhas; e a empresa **OURO VERDE** ficou com o lote 02, composto por 9 (nove) patrulhas, assumindo o compromisso de repassar 4 (quatro) patrulhas para **JOEL MALUCELLI** e 1 (uma) patrulha ao colaborador **TONY GARCIA**.

O acordo criminoso implicava na obrigação dos empresários beneficiados na licitação de repassarem 8% (oito por cento) do faturamento bruto aos agentes públicos integrantes do esquema, a título de propina.

Dessa forma, os empresários **OSNI PACHECO**, **CELSO FRARE**, **JOEL MALUCELLI** e **EDSON CASAGRANDE**, este auxiliado por **TULIO BANDEIRA** e **ANDRÉ BANDEIRA**, passaram a pagar propina, com intermédio do colaborador **TONY GARCIA**, ao então Governador





PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO PARANÁ
13ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA

do Estado do Paraná **BETO RICHA**, que contava com o apoio de **PEPE RICHA, LUIZ ABI, EZEQUIAS MOREIRA** e **DEONILSO ROLDO** para organizar o esquema criminoso e auxiliar na arrecadação dos valores ilícitos.

Posteriormente, apurou-se que o ex-Governador do Estado **BETO RICHA**, na qualidade de maior beneficiado das propinas pagas pela organização criminosa, realizou a “lavagem” de valores ilicitamente recebidos, com o auxílio da sua esposa **FERNANDA BERNARDI VIEIRA RICHA** e do representante da família **DIRCEU PUPO FERREIRA**, por meio de transações envolvendo a compra e venda de bens imóveis realizadas em nome de empresas da família Richa.

Assim, a empresa **OCAPORÃ ADMINISTRADORA DE BENS LTDA.**, cuja responsável é **FERNANDA RICHA**, adquiriu o lote nº 18, situado no condomínio Paysage Beau Rivage, mediante permuta com 2 (dois) terrenos localizados no Alphaville Graciosa, ocultando-se a parcela em dinheiro que teria sido paga (em torno de R\$ 900.000,00). Tal negociação teve como representante da empresa **OCAPORÃ** a pessoa de **DIRCEU PUPO**, além de **ANDRÉ VIEIRA RICHA**, sócio da empresa e filho do casal **BETO RICHA** e **FERNANDA RICHA**.





**PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO PARANÁ**
13ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA

Esse é o breve relato. **Decido.**

Da prisão preventiva

A prisão preventiva é tratada pela legislação processual penal no Livro I, Título IV, Capítulo III, do Código de Processo Penal. Consoante disposto no art. 312 do referido diploma legislativo, com a redação que lhe foi conferida pela Lei nº 12.403/2011, a prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.

Extraíndo-se a regra do texto normativo em questão, a doutrina reconhece que para o deferimento da prisão preventiva é necessária a presença dos dois pressupostos à decretação de qualquer prisão cautelar: *o fumus comissi delicti* e *o periculum libertatis*.

Assim, passo a analisá-los individualmente.





**PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO PARANÁ**
13ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA

a) *Do fumus comissi delicti*

O *fumus comissi delicti* se concretiza no processo penal pela presença de elementos indicadores da existência do crime e da autoria. Descrito na parte final do art. 312 do CPP, na hipótese da prisão preventiva, o *fumus comissi delicti* se traduz na necessidade de constatação da existência de prova da materialidade do crime e indício suficiente da autoria.

A prova da materialidade e os indícios de autoria já foram analisados por este Juízo quando da decretação da prisão temporária em face dos investigados, nos autos nº 0021378-25.2018.8.16.0013. Contudo, embora pareça redundante a apresentação dos substratos ônticos anteriormente já expostos, entendo que sua menção se faz necessária uma vez que, em eventual apreciação desta decisão em instâncias superiores, o magistrado julgador terá diante de si todos os elementos formadores da convicção deste Juízo¹.

¹ As referências a movimentos de autos apresentadas nesta decisão, salvo menção expressa em sentido contrário, dizem respeito aos elementos de prova contidos nos autos nº 0021378-25.2018.8.16.0013, em apenso.





PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO PARANÁ
13ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA

No caso, a materialidade dos delitos está consubstanciada, principalmente, nos áudios de captação ambiental de mov. 1.18 a 1.26; áudios de mov. 1.27; vídeo de mov. 1.28; conversas por mensagens de texto de mov. 1.29 a 1.37; registros telefônicos de mov. 1.38 a 1.41; relatório de licitação de mov. 1.42; pesquisa INFOSEG de mov. 1.44; informações de auditoria de mov. 1.47 a 1.62; escrituras públicas de mov. 1.67 a 1.74; edital de licitação de mov. 1.100; dentre outros.

Em especial, cabe destacar que o edital de licitação de mov. 1.100 e o relatório de licitação de mov. 1.42 demonstram que em 2011 foi aberta licitação pelo Governo do Estado do Paraná para implementação do programa “Patrulha do Campo”, tendo como vencedora do lote 01 a empresa **COTRANS**, do lote 02 a empresa **OURO VERDE** após a desclassificação da empresa **TERRA BRASIL**, e do lote 03 a empresa **TERRA BRASIL**. Verifica-se, também, que o referido certame estava vinculado ao DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ (DER/PR), entidade vinculada à SECRETARIA DE ESTADO E INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA, então gerenciada por **PEPE RICHA**.

Os áudios de mov. 1.18 e 1.19 se referem a uma suposta reunião, realizada em 12 de dezembro de 2012, na sede da empresa **COTRANS**, entre os empresários **OSNI PACHECO** e **CELSONE**





**PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO PARANÁ**
13ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA

FRARE, o ex-Secretário **PEPE RICHA** e o colaborador **TONY GARCIA**.
Infere-se uma conversa entre os empresários presentes cujo teor remete à porcentagem correspondente ao valor da propina que deveria ser paga, bem como há menção de um dos seus destinatários, o então Governador **BETO RICHA**:

“CELSO: Dez por cento (10%) sobre o líquido. Se a patrulha é duzentos e vinte e dois, o líquido é duzentos. Então oito por cento (8%) sobre duzentos e vinte e dois seria... Cento e setenta e sete e dez por cento (10%) sobre o líquido...”

(...)

CELSO: No mês, no primeiro mês, desconta no primeiro mês. Tem que dar a metade todo mês e a outra metade na campanha... Fazemos um caixa pra campanha do BETO pra reeleição. Então, tudo que sair, cinquenta centavos...

(...)

CELSO: PEPE, PEPE, escute aqui, vamos ser objetivos aqui. Todo mês eu dou o valor dos oito por cento (8%) sobre o bruto. Projeto político nosso. Cinquenta por cento (50%) tem que entregar todo mês. Pra quem que entrega isso?

PEPE: Podemos combinar.

(...)

PEPE: Entregue pro NECO...

OSNI: Nós não queremos entregar, né CELSO... se o menino entregar pro NECO...

(...)

CELSO: Não, não, já tá bem claro. Uma coisa é oito por cento (8%) sobre o líquido... Qualquer coisa, não vamos submeter isso aí.





**PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO PARANÁ**
13ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA

TONY: Eu já falei pro PEPE isso. Já falei pro OSNI também. O CELSO é assim, se combinou ser mil quinhentos e um, vai ser mil quinhentos e um. É ou não é?

PEPE: Tem que ser assim, porque se não pode perder o controle depois e para todos nós. Isso daqui é um negócio complicado... não é bom.

(...)

TONY: Não, não, mas deixa combinado aqui. Daí depois se mudar, falamos. Vem aqui, onde que o OSNI falar, ou outro lugar que tiver...

PEPE: Só no prazo que tá me dando... O NECO volta dia 21...

OSNI: Deixa, deixa, que o NECO tá bem envolvido nisso daí...

Vamos esperar.

PEPE: Questão técnica e tal. Ele discute com propriedade (...)"

Já o áudio de mov. 1.20, supostamente seria de uma conversa entre o colaborador **TONY GARCIA** e o ex-Secretário de Comunicação e ex-Chefe de Gabinete do Governo **BETO RICHA, DEONILSON ROLDO**. Em tese, eles se encontraram no dia 11 de abril de 2013, no escritório do colaborador, para tratar do pagamento de propina, oportunidade em que citaram os investigados **BETO RICHA, PEPE RICHA, LUIZ ABI, CELSO FRARE**:

(...)

TONY: Não. Quem repartiu foi o CELSO e a TERRA BRASIL. Que o CELSO vai passar aquilo que eu falei pra você pra mim e para o JOEL.

DEO: O JOEL ficou com o CELSO?





**PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO PARANÁ**
13ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA

TONY: Ficou com o CELSO. Entendeu? Foi passado pro JOEL, a TERRA BRASIL passou as duas, e mas... Então, eu combinei um negócio com você, eu quero saber o seguinte, vai começar, eles começaram a faturar agora faz quinze dias. Vão fechar a primeira fatura, vão me dar a planilha de custo. Eu tinha combinado o negócio com você. Como que nós vamos fazer? Quem que você quer que eu atenda, o quê que você quer que eu faça, eu? Eu quero saber o que você quer que eu faça, porque eu sou correto, se eu tratei uma coisa eu vou fazer. E nós precisamos fazer a outra também. Só que eu queria ver se você coordenava esse processo. Eu te dou pronto, pra você coordenar, se você falar que coordena, que ninguém coordena. Viu, aí ó, eu converso com as pessoas e boto no teu colo o que que vai fazer, o dinheiro que veio, o mês a mês, que o PEPE já falou. O PEPE queria reunir comigo, com o CELSO e com o velho, aonde que combinou que eu falei pra ele falar, que deu um rolo do caralho e que nós fomos lá apagar o incêndio, o velho tava saindo. Daí o BETO pediu pra eu fazer, eu fiz. Dessa vez foi feito, então o CELSO tá sabendo, o JOEL tá sabendo. O pessoal de fora ninguém falou com eles. O TÚLIO, com ninguém, falou nada.

DEO: O pessoal já tinha ajudado?

TONY: É.

DEO: Como é que tá sua conversa com o LUIS ABI?

TONY: Tá ótima.

DEO: Então conversa com ele sobre quem ajudar, que ele participar já pro ano que vem...

(...)

DEO: Eu não vejo outra pessoa. O PEPE não é?

TONY: Não. O PEPE já tratou, como vai ser, o combinado, como vai ser.

DEO: O LUIS tá nesse processo? Conversa com ele. Ele que vai designar lá pra quem que vai, quem vai atender, quem vai...





**PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO PARANÁ**
13ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA

(...)"

Os áudios de mov. 1.21 e 1.23 se referem, em princípio, a conversas gravadas entre o colaborador e o empresário OSNI PACHECO, ocorridas em 2013, que também tratam do pagamento de propinas:

"(...)

OSNI: Fui pra cima. Pra dividir com o CELSO. Muito bem, só com o CELSO, não tinha nada com os outros. Bom, TERRA BRASIL, muito inteligentemente, sabia que perdia na justiça, foi. Aí é o CELSO e o JOEL, se os dois briga, o JOEL ganha. Mas se acertamos tudo. Aí ele começou a, por causa de dez, de cinco mil.

TONY: É!

OSNI: Era cem por patrulha pro JOEL e ele começou, era cento e cinco e ficou chorando por cinco. E essa é uma patrulha que tá a briga desde o começo.

TONY: É isso aí.

OSNI: E daí começou a folia. E ele pensou "Eu tando com o LUIS ABI, tando com o PEPE, com o LUIS ABI e com o Governador, eu derrubo primeiro um e depois derrubo o OSNI".

TONY: Só que ele esqueceu que eu tava por trás, que eu falo com o BETO e fui lá e detonei ele pro BETO.

OSNI: Falei pra ele, falei pra ele... "Vocês são tudo uns burros. Eles pegam mulher junto, jogam baralho junto, bebem vinho junto, conversam tudo. Nós somos os trouxas". Lembra que eu falei, lembra que eu falei? "Nós somos os trouxas"...





**PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO PARANÁ**
13ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA

TONY: Vou te falar um negócio, eu sabia de tudo como ele tava fazendo e eu falava pro BETO e o BETO falava assim, "Ah tá!".

OSNI: Ele falava pra mim também (...)

(...)

OSNI: Dá os dez, é. Mas eu controlei que nem ia prejudicar o Governo e nem aqui. Pra mim poder mostrar pro BETO, "Não, era dez, mas tirou os imposto deu oito". Agora o BETO, parece que o BETO não sabe o que falar lá, "Cês dois, cês dois, os dois. OSNI, eu nunca te tirei". "Eu sei, isso é verdade". Mas não confirmava. Aí o LUIS me fodeu, "LUIS tá fora!", enfim, "Tá bom, BETO, tá bom"...

TONY: Papo furado, papo furado. Teve com o CELSO aí semana passada.

OSNI: Tá bom, tá bom. Daí, "Tá fora. Você e o aí, vocês é que se vire! Você sabe o quê que é o combinado, né OSNI". "Sei e não vou tratar, porque o LUIS disse que os político vinha na guela e o CELSO rebaixou de oito pra dez, diz que o..."

TONY: De dez pra oito...

OSNI: Pra oito... Mas do bruto. Que o BETO disse que isso era folia minha, que não precisava e tal.

TONY: Falou, falou... Mas quem que vai pegar do JOEL e do coisa?

OSNI: Sei lá.

TONY: Vai ser o EZEQUIAS, vai ser o PEPE, vai ser alguém ou não?

OSNI: Ficou encaminhado com o PEPE. Última vez, depois que o CELSO desistiu, e nós chamamos ele... Nós que chamamos...

TONY: Eu sei.

OSNI: Chamamos eu e o PEPE, daí ficou acertado dele entregar todo mês. Ele ainda falou assim, "Todo mês marcamos tomar um chocolate em





**PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO PARANÁ**
13ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA

alguma confeitaria e daí entrego pra vocês dois". Eu falei, "Eu não tenho necessidade nenhuma. Não é meu, não tenho mais nada a ver com isso. Se acertasse, acertava". Então ficou de todo mês o PEPE... o NECO.. o CELSO... Eu não sei. Eu não sei de nada.

TONY: Todo mês você vai ter que dar "duzentão"? Você.

OSNI: Eu não vou dar, porque tem dez milhões (R\$ 10.000.000,00) de dívida.

TONY: Você não vai dar bosta nenhuma. Você vai ficar abatendo de tua dívida, né?

OSNI: Eu vou tentar ainda fazer alguma coisa com o BETO direto, sabe?

TONY: Você vai dar alguma coisa pra ele... alguma coisa?

OSNI: Vou fazer algum negócio pra frente, "Olha, guarda aí. Nas campanhas você vai se foder. A COTRANS não vai dar mais carro. Você não vai arrumar com ninguém. Aí cê tem que alugar..."

TONY: Nós não temos um negócio pra ajudar, fazer com o EZEQUIAS, a gente entrar com o EZEQUIAS, pra dar uma coisa pra ele, pra ele fazer uma graninha?

OSNI: Mas o EZEQUIAS... mas ele não quer. Esse que é a merda, eles que não querem.

TONY: Quem não quer?

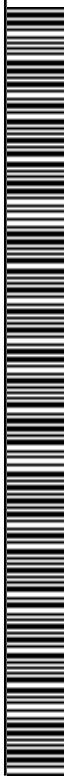
OSNI: O BETO...

TONY: O BETO falou pra mim que não. Pra não fazer. Mas nós não podemos fazer, pra dar alguma coisa pra ele? Você acha que é ruim?

OSNI: É, porque ele descobre.

TONY: Mas tem que ajudar o EZEQUIAS...

OSNI: O BETO disse que tá ajudando... "Nunca vou deixar ele ir pra cadeia" (...)"





**PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO PARANÁ**
13ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA

Por sua vez, o áudio de mov. 1.22 revela uma suposta conversa entre o colaborador e **EZEQUIAS MOREIRA**, em agosto de 2013:

“(...)

TONY: Vou te falar um negócio. Eu só não crio encrenca com o LUIS ABI, porque eu tive com o BETO, mas senão eu ia pegar...

EZEQUIAS: Quê que ele fez agora?

TONY: Foi se meter no negócio das patrulhas com o CELSO FRARE. Aí ficou sabendo que não era mais o velho que ia fazer, não sei que lá. Foi querer saber, foi falar com o CELSO que se fosse fazer alguma coisa comigo era pra saber, ele queria saber direito o quê que era ou não. Tal tal tal, sabe?

Trecho inaudível

TONY: ...Quando o BETO tava viajando o HAULY tomou uma grana dele lá. Você soube? O NECO sentou lá pra devolver, eles não devolveram, e agora tem um... não tão pagando.

EZEQUIAS: Não devolveram...

TONY: Eu também acho.

EZEQUIAS: É aquele negócio que o velho tinha que pagar o...

TONY: É, isso. Eu falei com o PEPE ontem. Fui jantar. O PEPE foi lá no escritório. Ficamos lá, eu, ele e o RAFAEL, das oito e meia até as onze horas. Às onze horas nós saímos, fomos pro restaurante. E o PEPE...

EZEQUIAS: inaudível

TONY: Isso. E eu falei pra ele, “Não pode pagar?”.

EZEQUIAS: Quem? O PEPE?

TONY: O PEPE. “Tá brincando comigo, PEPE? Vocês pagaram um milhão e quatrocentos (R\$ 1.400.000,00) pra TERRA BRASIL lá de trás. Tão há



**PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO PARANÁ**
13ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA

três meses trabalhando. Os outros que tão trabalhando agora faz um mês, que fechou o mês agora, um mês e meio...

EZEQUIAS: Ele entregou...

TONY: Tem que pagar.

EZEQUIAS: Tem que pagar

(...)”

O áudio de mov. 1.24 menciona um diálogo entre o colaborador e **EDSON CASAGRANDE**, em virtude supostos atrasos no repasse da propina acordada:

(...)”

CASAGRANDE: Então é assim, você e o TULIO ficaram na discussão. Pra mim, o TULIO passou um valor por mês, que era trinta mil (R\$ 30.000,00) por mês.

TONY: Mentira...

CASAGRANDE: Não, não, tá bom. Não é por causa de dez (10) mais, dez (10) menos, vinte (20), trinta (30) que nós vamos... Nós vamos chegar lá. O que eu quero dizer: a TERRA BRASIL, empresa dos piá lá de... Nova Prata, num primeiro momento eles procuraram o TULIO pra ser advogado, e eu nem tava no... Só que depois, que deu certo no meio do caminho, eles falaram, “Tá bom. Nós temos duas (02) máquinas”. Eles tinham duas (02) máquinas...

(...)”

CASAGRANDE: Meu sogro tá bancando. Tudo isso aqui sou eu que faço, tudo, tudo, tudo. Mas é dinheiro das empresas. Então eu falei com meu sogro, “Seu JOSÉ, o senhor vai bancar”. Ele nem sabe que existe TONY, BETO, TULIO... “Esse é um negócio dos piá de Nova Prata, vieram me procurar. É o seguinte, é





**PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO PARANÁ**
13ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA

cinquenta por cento (50%). E cinquenta por cento (50%) é deles". Então, na verdade, qual que é minha ideia? Minha ideia era lançar setenta e cinco mil (R\$ 75.000,00) e eu ficar com quinze (R\$ 15.000,00). Eu, CASAGRANDE. Daí dá sessenta (R\$ 60.000,00) pro TONY. Certo? Por quê? Porque sou tudo eu que faço esses troços.

(...)"

O áudio de mov. 1.25 revela uma suposta conversa, de novembro de 2013, entre o colaborador **TONY GARCIA** e o então Governador **BETO RICHA**, em que há menção ao atraso da propina que deveria ter sido paga por **CELSO FRARE**:

"(...)

TONY: Você tem falado com o CELSO FRARE?

BETO: Falei.

TONY: Quando?

BETO: Falei, anteontem.

TONY: Aonde?

BETO: No almoço na casa dos DE LARA. Com o EDUARDO CAMPOS... Mas assim, de receber, falar sozinho, não.

TONY: Ele não acertou o negócio aí.

BETO: Ahn?

TONY: Ele não acertou o negócio aí.

BETO: Ah! Ele me agradeceu, "já entrou um tico-tico lá que tava atrasado, obrigado".

TONY: Isso.

BETO: Ele sabe que tá difícil sair, já pagaram uma parte... Bão...

TONY: Isso... Só que ele não pagou a parte que tem que pagar.





PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO PARANÁ
13ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA

BETO: Se bobear, se não for pra cima, nós não...

TONY: Isso.

BETO: É você que ficou encarregado?

TONY: É eu que fiquei.

BETO: Então vai pra cima!

TONY: Vou pra cima, vou falar pra ele...

BETO: Eu não vou cobrar ele.

TONY: Não, você não pode! Nem você nem o PEPE.

BETO: Não sei de nada.

TONY: Deixa, você tem que ficar quieto. Fica na tua. Eu vou lá falar com ele... O outro que eu tô pegando, firme, que também que é o mais que tá recebendo e que não tá acertando, é o CASAGRANDE também. Já peguei ele também. E agora pedi pro EZEQUIAS me ajudar. "EZEQUIAS só fala pra ele o seguinte ó, que ele tem que fazer o que tá combinado com o PEPE". O que ele tem que fazer. É o que eu vou fazer com o CELSO e com o JOEL agora também. Entendeu?

(...)"

Finalmente, o áudio de mov. 1.26 decorre de uma reunião ocorrida em dezembro de 2013, entre **TONY GARCIA**, **JOEL MALUCELLI**, **OSNI PACHECO** e **CELSO FRARE**, oportunidade em que se rememora a divisão ilegal dos lotes do programa "Patrulha do Campo":

"(...)

JOEL: O TONY ficou com quantas patrulhas?

TONY: Eu acertei uma. Agora não sei se é de você ou dele.

OSNI: ... E lá?





**PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO PARANÁ**
13ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA

TONY: Com duas...

JOEL: Você ficou com quantas, OSNI?

TONY: O OSNI tinha doze, passou...

CELSO:

TONY: Pra nós é três... Duas lá e uma aqui. Agora, o OSNI tinha doze, aí passou quatro lá...

JOEL: Então veja, da minha parte que eu lembro era... aí foi exatamente isso que eu recebi e disse, "TONY, pra mim não é justo ficar com menos de quatro... Depois de todas as reuniões que nós fizemos, que começou aqui com um monte aí depois foi diminuindo, depois ficou cinco".(...)"

TONY: Ô JOEL, lembre-se que no começo eu também tinha sete. Também não foi. Todo mundo abriu...

CELSO: Saiu a concorrência, um cara jogou o preço lá embaixo e o JOEL fez crescer, você fez crescer... Quem fez crescer foi você . Tá em segundo então...

(...)

JOEL: Não, eu ia ficar com as minhas três patrulha, eu ia comprar patrulha pra três máquinas. Se eu tivesse que dar pra você, você ia comprar tuas máquinas...

TONY: Mas não foi isso que foi combinado...

JOEL: Eu fui claro. Menos de quatro eu tô fora, eu falei. Na época eu falei isso.

TONY: Mas pra quem você falou isso?

JOEL: Pra você.

TONY: Não, pra mim você falou depois que ele falou com você.

JOEL: Mas antes da concorrência eu te falei isso, aí você disse "Olhe, então eu vou falar com o POLACO".

(...)"





PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO PARANÁ
13ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA

Ademais, as informações da Auditoria do Ministério Público que instruem estes autos (mov. 1.47 a 1.62), realizadas em face do procedimento licitatório nº 053/2011, referente ao programa “Patrulha do Campo”, apontam diversas alterações do edital de modo a beneficiar a empresa OURO VERDE, além de outros direcionamentos e irregularidades. Também foi constatada a desistência da empresa TERRA BRASIL de um recurso administrativo, de modo a conceder o lote 02 à empresa OURO VERDE.

Cabe ainda mencionar, além das diversas conversas realizadas por meio de mensagens de texto entre os investigados, a juntada aos autos de um vídeo (mov. 1.28), em que supostamente aparece o empresário **CELSO FRARE**, em sua casa, retirando maços de dinheiro que seriam destinados ao pagamento de propina do esquema criminoso.

Os autos também trazem indícios da prática de lavagem de dinheiro pelos investigados **BETO RICHA**, **FERNANDA RICHA** e **DIRCEU PUPO**. De acordo com o informado pelo Ministério Público, **BETO RICHA** lavou dinheiro recebido ilicitamente por meio da empresa OCAPORÃ ADMINISTRADORA DE BENS, da sua esposa **FERNANDA RICHA**, com o auxílio de **DIRCEU PUPO**. A pesquisa no INFOSEG de mov. 1.44 demonstra a investigada na qualidade de sócia





**PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO PARANÁ**
13ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA

da mencionada empresa, registrada com o e-mail de **DIRCEU PUPO** (dirceufferreirax@gmail.com), que era o responsável pelos negócios em nome da família. As escrituras públicas de mov. 1.67 a 1.74 demonstram a aquisição supostamente fraudulenta do lote nº 18 situado no condomínio Paysage Beau Rivage.

Assim, o pedido formulado pelo Ministério Público está instruído com elementos de prova suficientes para, nesta fase procedimental, indicarem a materialidade dos delitos narrados.

Todavia, cumpre analisar individualmente a autoria dos investigados para fins de manutenção da segregação cautelar.

I. CARLOS ALBERTO RICHA (BETO RICHA)

O investigado **BETO RICHA**, então Governador do Estado do Paraná à época dos fatos, é apontado pelo Ministério Público como o chefe da organização criminosa e principal beneficiado com o esquema de recebimento de propinas. Na condição de Governador do Estado, a implementação e o funcionamento da máquina criminosa dependiam do seu aval e das suas ordens aos seus subordinados.

Os indícios de autoria estão consubstanciados no conjunto de elementos probatórios que instruem este pedido, em





**PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO PARANÁ**
13ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA

especial no áudio de gravação ambiental de mov. 1.25, em que o próprio investigado trata de assuntos relacionados ao atraso do pagamento da propina com o colaborador **TONY GARCIA**. Ademais, há diversas menções ao investigado **BETO RICHA** em gravações de conversas de outros investigados, citando-o no contexto dos crimes narrados no pedido (mov. 1.20, 1.21, 1.22 e 1.24). Some-se a isso o fato dos eventuais delitos terem sido praticados sob a estrutura do seu Governo, no denominado programa “Patrulha do Campo”, com o envolvimento de seus principais homens de confiança. Por fim, há indícios da prática do delito de lavagem de dinheiro em seu benefício e mediante a utilização de empresas da sua família.

II. JOSÉ RICHA FILHO (PEPE RICHA)

PEPE RICHA, irmão do ex-Governador **BETO RICHA**, era Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística na época dos fatos. Segundo as investigações, ele atuava diretamente coordenando a fraude à licitação e auxiliando na execução do esquema de pagamento de propinas.

Os indícios de autoria se fazem presentes nas gravações ambientais de conversas entre **PEPE RICHA** e outros investigados (mov. 1.18 e 1.19), bem como em citações ao seu nome, todas elas no contexto da fraude ao programa “Patrulha do Campo”





**PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO PARANÁ**
13ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA

(mov. 1.20, 1.21, 1.22, 1.25 e 1.26). Ainda, o edital de licitação nº 053/2011 (mov. 1.100), que foi objeto da suposta fraude, estava vinculado ao DER, órgão diretamente subordinado à sua Secretaria de Estado.

III. EZEQUIAS MOREIRA RODRIGUES

O investigado **EZEQUIAS MOREIRA**, ex-Secretário Especial de Cerimonial e Relações Internacionais do Estado do Paraná, é apontado na investigação como homem de confiança de **BETO RICHA** e responsável por auxiliar no desenvolvimento do intento criminoso e na arrecadação de propina.

Os indícios de autoria se encontram presentes na gravação ambiental que registra uma suposta conversa sua com o colaborador **TONY GARCIA** (mov. 1.22), em que há referência ao objeto de investigação, bem como em conversas gravadas de outros investigados em que seu nome é mencionado dentro do contexto criminoso (mov. 1.21 e 1.25).

IV. LUIZ ABI ANTOUN

LUIZ ABI é referido pelo Ministério Público como outro homem de confiança do ex-Governador **BETO RICHA**, conhecido





**PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO PARANÁ**
13ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA

como a “eminência parda do Governo” por ser uma das figuras mais importantes na cúpula do Poder Executivo estadual, era operador do esquema e um dos arrecadadores das propinas.

Encontram-se indícios de autoria nas diversas menções à sua pessoa em gravações de conversas entre outros investigados, sempre referentes às fraudes e propinas aqui investigadas (mov. 1.20, 1.22 e 1.23). Também há indícios de autoria presentes nas conversas, pelo aplicativo *Whatsapp*, supostamente mantidas entre o investigado e o colaborador **TONY GARCIA**.

V. DEONILSON ROLDO (DEO)

DEONILSON ROLDO, ex-Secretário de Comunicação e ex-Chefe de Gabinete de **BETO RICHA**, é considerado um dos homens fortes do ex-Governador. Também auxiliava na coordenação do esquema criminoso.

Os indícios de autoria estão presentes especialmente na gravação ambiental que registra uma suposta conversa sua com o colaborador **TONY GARCIA** (mov. 1.20), em que há referência a problemas na implementação das patrulhas.

VI. CELSO ANTÔNIO FRARE





**PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO PARANÁ**
13ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA

O empresário **CELSO FRARE**, dono da empresa OURO VERDE, é apontado nas investigações como um dos idealizadores do esquema criminoso, bem como um dos principais beneficiados no setor privado. Sua empresa OURO VERDE foi uma das empresas favorecidas pela fraude à licitação dos lotes do programa “Patrulha do Campo”, ficando o investigado responsável pelo pagamento de propina aos agentes públicos como forma de contraprestação.

Os indícios de autoria se encontram no edital de concorrência nº 053/2011 (mov. 1.100), em que sua empresa se sagra vencedora do lote 02, e nas informações da Auditoria do Ministério Público (mov. 1.47 a 1.62) que apontam diversas alterações do edital de modo a beneficiar a empresa OURO VERDE. Também há indícios de autoria nas gravações das conversas entre **CELSO FRARE** e outros investigados (mov. 1.18, 1.19 e 1.26), bem como menções ao seu nome (mov. 1.20, 1.21, 1.22, 1.27 e 1.29), referentes ao esquema que supostamente fraudou o programa “Patrulha do Campo”.

VII. EDSON LUIZ CASAGRANDE

EDSON CASAGRANDE foi Secretário Especial para Assuntos Estratégicos do Governo **BETO RICHA** à época dos fatos, e é apontado pelo Ministério Público como o responsável de fato pela





**PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO PARANÁ**
13ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA

empresa TERRA BRASIL. Beneficiou-se diretamente do esquema criminoso que favoreceu sua empresa TERRA BRASIL na licitação do programa “Patrulha do Campo”, tendo que pagar propinas aos agentes públicos investigados em decorrência desse fato.

Os indícios de autoria se encontram no edital de concorrência nº 053/2011 (mov. 1.100), em que sua empresa se sagra vencedora do lote 03 e nas informações da Auditoria do Ministério Público (mov. 1.47 a 1.62). Também há indícios de autoria na gravação da conversa entre ele e o colaborador **TONY GARCIA** (mov. 1.24), referente a um suposto atraso no pagamento de propinas, bem como nas gravações de conversas entre outros investigados em que há menção à sua pessoa (mov. 1.22, 1.24, 1.25 e 1.27). Também há uma série de mensagens trocadas por meio do aplicativo *Whatsapp*, no denominado “Grupo Pauta Divergente” (mov. 1.32), criado pelo investigado para tratar de questões atinentes à “Patrulha do Campo” com o colaborador **TONY GARCIA** e o investigado **TULIO BANDEIRA**.

VIII. TULIO MARCELO DENIG BANDEIRA

TULIO BANDEIRA, ex-Chefe de Gabinete do Deputado ADEMAR TRAIANO, foi advogado e representante da empresa TERRA BRASIL, sendo responsável pela entrega de parte do pagamento da propina ao colaborador **TONY GARCIA**.





**PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO PARANÁ**
13ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA

Os indícios de autoria estão consubstanciados nas gravações de conversas entre investigados em que há menção do nome de **TULIO BANDEIRA** no suposto esquema de pagamento de propina (mov. 1.20 e 1.24). Também há uma série de mensagens trocadas por meio do aplicativo *Whatsapp*, no denominado “Grupo Pauta Divergente” (mov. 1.32), criado pelo investigado **EDSON CASAGRANDE** para tratar de questões referentes à “Patrulha do Campo” com o colaborador **TONY GARCIA** e o investigado **TULIO BANDEIRA**.

IX. ALDAIR WANDERLEI PETRY (NECO)

O investigado **ALDAIR PETRY**, ex-Diretor Geral da Secretaria de Infraestrutura do DER/PR, é apontado nas investigações como responsável por direcionar a licitação do programa “Patrulha do Campo” em favor das empresas do grupo criminoso, bem como por auxiliar na organização do esquema criminoso.

Os indícios de autoria estão presentes nas gravações ambientais de conversas entre investigados, em que há menções ao seu nome dentro do contexto criminoso (mov. 1.18, 1.22 e 1.27). Também há indícios nas informações da Auditoria do Ministério





**PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO PARANÁ**
13ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA

Público (mov. 1.47 a 1.62) que apontam diversas alterações do edital de modo a fraudar a licitação.

X. DIRCEU PUPO FERREIRA

O investigado **DIRCEU PUPO**, segundo o Ministério Público, era o responsável por realizar a lavagem de dinheiro em benefício de **BETO RICHA**, por meio de negócios imobiliários fraudados, utilizando-se de empresas da família Richa.

Há indícios de autoria presentes na pesquisa no INFOSEG de mov. 1.44, que informa o e-mail do investigado (dirceufferreirax@gmail.com) no registro da empresa OCAPORÃ, da investigada **FERNANDA RICHA**. Também nas escrituras públicas de mov. 1.67 a 1.74, referentes à aquisição, supostamente fraudulenta, do lote nº 18 situado no condomínio Paysage Beau Rivage, em que o investigado aparece como procurador da empresa OCAPORÃ.

Assim, por meio de um juízo de cognição sumária, verificam-se indícios suficientes de autoria e prova da materialidade dos delitos de organização criminosa, corrupção ativa e passiva, fraude à licitação e lavagem de dinheiro, de modo a satisfazer parcialmente os requisitos para a concessão da prisão preventiva.





PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO PARANÁ
13ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA

Cumprе ressaltar que a presente análise dos elementos de prova é adstrita à verificação de indícios de autoria e materialidade para fins de apreciação de medidas cautelares. Não há qualquer antecipação quanto ao mérito, que só admite uma conclusão definitiva após o término da instrução processual, respeitando o direito ao contraditório e à ampla defesa. No atual momento procedimental, só é permitido ao Juízo, de forma objetiva, a constatação ou não dos requisitos legais para concessão da medida pleiteada. Não há que se falar em *in dubio pro societate*, pois a dúvida só aflora quando realizado um juízo de cognição plena, cabendo neste momento tão somente a análise da presença indícios dos fatos e sua adequação normativa.

Nesse aspecto, há substratos nos autos que apontam que os investigados se associaram para constituir uma organização criminosa hierarquizada, que mediante divisão de tarefas, realizaram crimes de fraude à licitação, corrupção, lavagem de dinheiro, dentre outros.

Dessa forma, diante da constatação da materialidade dos delitos de organização criminosa, corrupção ativa e passiva, fraude à licitação e lavagem de dinheiro; e da existência de indícios suficientes de autoria, mostra-se presente o requisito do *fumus comissi delicti* para a decretação da prisão preventiva dos investigados.





**PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO PARANÁ**
13ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA

b) *Do periculum libertatis*

Além do *fumus comissi delicti*, a prisão preventiva – como é inerente ao deferimento de qualquer medida de cunho cautelar – demanda a presença de elementos que evidenciem o perigo da demora, no caso, o *periculum libertatis*. Consoante prescrito na primeira parte do art. 312 do CPP, a prisão preventiva só poderá ser decretada se necessária ao acautelamento da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal.

De início, pondero que se imputa aos investigados a prática de crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 04 (quatro) anos, preenchendo o requisito constante no artigo 313, inciso I, do Código de Processo Penal.

Analisando os autos, verifico haver risco à ordem pública e à ordem econômica, cuja extensão evidencia a insuficiência de medidas mais brandas, justificando o uso excepcional da segregação cautelar por meio da prisão preventiva.

Sob a cláusula geral da garantia da ordem pública, o legislador procura tutelar os interesses individuais e coletivos





**PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO PARANÁ**
13ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA

indisponíveis, ou seja, os chamados interesses públicos, que tenham natureza material e não processual. Logo, sempre que qualquer desses interesses estiver em risco pela manutenção da liberdade de determinada pessoa, sobre a qual recaiam indícios da autoria da prática de infração penal, faz-se necessária a adoção da medida cautelar.

Certo é que a expressão “ordem pública” é bastante aberta. Não se trata de uma impropriedade legislativa. Ao contrário, é em verdade técnica que permite a adequação do conceito conforme a evolução histórica da sociedade, característica primordial das chamadas cláusulas gerais.

Primeiramente, cumpre destacar a gravidade concreta dos delitos imputados aos investigados. Trata-se de um esquema criminoso extremamente elaborado, contando com o desempenho de diversos autores e partícipes, que operou por anos no seio do Governo do Estado do Paraná.

O pedido descreve condutas criminosas responsáveis por fraudarem uma licitação cujo valor, à época dos fatos, ultrapassava R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais). Em termos monetários, trata-se de uma das maiores fraudes que a Justiça do Estado do Paraná já se deparou.





**PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO PARANÁ**
13ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA

Some-se à grandeza dos valores envolvidos, o elevando número de pessoas, tanto da iniciativa privada quanto ligados ao Poder Público, comprometidas na consecução dos delitos narrados nestes autos.

Deve-se destacar que, no caso em tela, a fraude perpetrada evoluiu, em tese, não só o alto escalão do Poder Executivo do Estado do Paraná, mas também o próprio Governador do Estado. Por sua vez, o ramo privado supostamente responsável pelos crimes narrados conta com alguns dos maiores empresários paranaenses, que ostentam um elevadíssimo poder econômico.

A partir de tais condições é possível representar o incomensurável abalo à confiabilidade da população nas instituições públicas, que os fatos aqui narrados são aptos a gerar. Tal abalo não está limitado ao grau de credibilidade dos governantes, mas afeta o Estado como um todo, maculando seus entes, normas e regulamentos.

Em uma sociedade altamente complexa e contingente como a nossa, o plano dos papéis sociais e dos programas ganha primordial relevância nas expectativas normativas de comportamentos. Nesse contexto, desvios de comportamentos realizados por indivíduos que assumem o papel de governantes são





**PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO PARANÁ**
13ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA

capazes de gerar uma massiva frustração das expectativas de toda sociedade².

No presente caso, os milhões de reais envolvidos na licitação fraudada, a relevância desta licitação na esfera estadual, bem como o poder econômico e político mobilizado para a concretização de condutas criminosas, dão a dimensão do abalo que tais fatos geram à ordem econômica e social. Não estamos diante de mais um dos tantos crimes “comuns” que diariamente são processados neste Juízo, mas de um dos maiores esquemas de fraudes e pagamentos de propinas do Estado do Paraná, esquema este que, segundo o Ministério Público, era capitaneado pelo próprio Governador do Estado à época dos fatos.

Dessa forma, diante da gravidade dos fatos imputados ao investigado **CARLOS ALBERTO RICHA (BETO RICHA)**, sob o qual foram depositadas as esperanças do eleitorado paranaense na correta e proba chefia executiva do Estado do Paraná, mostra-se

² Quanto a este aspecto, mostra-se relevante a diferenciação entre os conceitos de pessoa e dos papéis sociais por elas exercidos (v.g. papéis de governantes, de agentes públicos, de empresários, etc.). Conforme elucida LUHMANN, “Papéis são feixes de expectativas, limitados em seu volume por sua exequibilidade, mas não vinculados a determinada pessoa, podendo ser assumidos por diferentes atores, possivelmente alternando-se”. (LUHMANN, Niklas. **Sociologia do direito 1**. Trad. Gustavo Bayer. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983. p. 101).





PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO PARANÁ
13ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA

imprescindível a sua prisão cautelar para reestabelecer o senso geral de justiça. O acautelamento da ordem pública também depende da segregação do núcleo político do Governo, incluindo os ex-Secretários de Governo **JOSÉ RICHA FILHO (PEPE RICHA)**, **EZEQUIAS MOREIRA RODRIGUES**, **DEONILSON ROLDO (DEO)** e **EDSON LUIZ CASAGRANDE**, bem como o diretor **ALDAIR WANDERLEI PETRY (NECO)**, com o fito de fortalecer a confiança da população nas instituições públicas. Quanto a **CELSO ANTÔNIO FRARE**, embora não faça parte do núcleo político, o impacto da sua participação no esquema criminoso, figurando como um dos idealizadores e principais beneficiados, motiva a necessidade da sua prisão.

Com a garantia da ordem pública também se busca evitar a reiteração de condutas delitivas. Nesse escopo, verifica-se que o investigado **DEONILSON ROLDO** foi denunciado por delitos semelhantes perante a 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba. **LUIZ ABI ANTOUN** foi condenado pela 3ª Vara Criminal de Londrina nos autos nº 0016299-67.2015.8.16.0014 nas sanções dos delitos tipificados nos artigos 2º, § 4º, inciso II, da Lei nº 12.850/2013 e artigos 299, caput, do Código Penal e artigo 89, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993, respondendo ainda pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro na ação penal nº 0038210-38.2015.8.16.0014 do mesmo Juízo. **EDSON LUIZ CASAGRANDE**, em abril deste ano, foi preso durante a deflagração da Operação SINECURAS, sendo réu





PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO PARANÁ
13ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA

também por crimes de corrupção e lavagem de dinheiro na ação penal nº 0004444-53.2018.8.16.0025 da Vara Criminal de Araucária. **TÚLIO MARCELO BANDEIRA** estava em prisão domiciliar em decorrência da mesma Operação SINECURAS, na qual é réu pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro na ação penal nº 0004444-53.2018.8.16.0025 da Vara Criminal de Araucária, responde às ações penais nº 0007030-82.2017.8.16.0030 e 0019692-78.2017.8.16.0030, respectivamente na 1ª e 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu que versam sobre o crime previsto no art. 89 da Lei nº 8666/1993, além de diversos outros registros criminais. Aqui não serão valoradas menções aos investigados em depoimentos prestados em outros processos e que não se fazem presentes nestes autos, como as provenientes da Operação QUADRO NEGRO em que este magistrado atua, tendo em vista a ausência de imputação formal de suas condutas. De qualquer forma, os elementos aqui expostos denotam indícios de envolvimento dos investigados em anteriores práticas criminosas da mesma espécie, reforçando a necessidade da prisão cautelar diante do risco concreto da realização de novas condutas delituosas.

Não só a ordem pública restou de sobremaneira abalada, diante da quebra da confiança na estabilidade e confiabilidade das instituições públicas, em específico do Poder Executivo Estadual, mas igualmente há uma repercussão de tais condutas na ordem econômica. Uma fraude, nas dimensões aqui





**PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO PARANÁ**
13ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA

concretamente apuradas, gera um efeito espiral em todo o mercado, não se limitando aos licitantes prejudicados, uma vez que as demais empresas do ramo precisam se adequar à corrupção governamental para que possam sobreviver em um mercado altamente competitivo. A partir disso, observa-se um efeito ressaca, em que mais empresas se corrompem para se adaptarem às regras nefastas do jogo de poder.

Assim sendo, considerando a gravidade concreta dos desvios narrados e a extensão do dano causado à ordem pública e econômica, materializado no enfraquecimento da credibilidade do próprio Estado de Direito, bem como nas consequências perniciosas que uma fraude à licitação deste porte gera à iniciativa privada e à livre concorrência, apenas a segregação cautelar dos investigados se mostra efetiva, neste momento, a estabilizar contrafaticamente as expectativas normativas frustradas com os eventos ora apurados.

Cabe ressaltar que além dos efeitos jurídicos imediatos, decisões judiciais contam com uma dimensão comunicativa, sendo que a prisão dos investigados se mostra o meio expressivo mais eficaz para, em caráter de urgência, reestabelecer as expectativas congruentemente generalizadas da nossa sociedade, reestabelecendo a ordem pública e a ordem econômica que foram severamente abaladas com fatos gravíssimos envolvendo agentes públicos e uma parcela do setor empresarial paranaense.



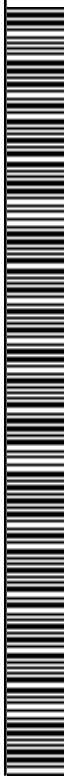


PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO PARANÁ
13ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA

Além da garantida da ordem pública e da garantia da ordem econômica, as prisões preventivas dos denunciados **CARLOS ALBERTO RICHA (BETO RICHA)** e **DIRCEU PUPO FERREIRA** se fundamentam na conveniência da instrução criminal. Conforme se infere das declarações prestadas por **CARLOS AUGUSTO ALBERTINI** (mov. 1.5 destes autos), em agosto de 2018 ele foi procurado pelo investigado **DIRCEU PUPO**, supostamente agindo no interesse de **BETO RICHA**, com o intuito de lhe orientar quanto ao teor das declarações que deveriam ser prestadas às autoridades, com a finalidade de ocultar supostos delitos de lavagem de dinheiro. Assim, resta concretamente demonstrado que a liberdade dos investigados poderá implicar no comprometimento probatório, por meio de práticas que implicam no induzimento de testemunhas.

Cumprе salientar que os motivos aqui expostos para justificar a prisão preventiva dos investigados com base na garantia da ordem pública, na garantia da ordem econômica e na conveniência da instrução criminal, mostram-se autônomos. Assim, cada fundamento apresentado, por si só, já é suficiente para respaldar esta decisão.

Aqui se faz oportuna uma breve reflexão. Mensalmente são decretadas inúmeras prisões preventivas em todo o Estado do Paraná, muitas delas relativas a crimes patrimoniais cujos





**PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO PARANÁ**
13ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA

valores somados sequer se aproximam dos setenta milhões de reais objeto da licitação do programa “Patrulha Rural”. Nossos cárceres estão lotados de pessoas de baixa renda, enquanto indivíduos de alto poder econômico e político (poder de fato, que muitas vezes se sobrepõe ao poder das próprias instituições públicas) gozam das benesses geradas por anacrônicas e distorcidas interpretações de direitos individuais, originalmente concebidos (sob matiz iluminista) para proteger o simples cidadão do arbítrio do poder estatal, que em verdade só contemplam os ricos e poderosos.

Ademais, cumpre registrar que nenhum magistrado está autorizado a deixar de exercer sua jurisdição durante o período eleitoral, salvo se houver alguma determinação legal. Não se trata aqui de uma questão de conveniência, mas sim de retidão, em observância aos princípios da legalidade, igualdade e moralidade. Na máxima kantiana reside a diferença entre o bem e o certo.

Quanto ao argumento de que não se justificaria a segregação cautelar em razão de eventos que se iniciaram há alguns anos, cabem três elucidações pontuais.

Primeiramente, os fatos narrados neste procedimento não se referem a um único episódio, mas a crimes





**PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO PARANÁ**
13ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA

praticados durante um longo período de tempo, o qual, segundo os indícios trazidos nos autos, perduraram até, no mínimo, o ano de 2014.

Outra questão que se mostra pertinente, até em razão do surgimento de muitas conclusões equivocadas, é a seguinte diferenciação: uma coisa é a decretação da prisão cautelar extemporânea em relação a crimes cuja autoria e materialidade são de conhecimento público há muito tempo; outra coisa é a decretação da prisão cautelar em crimes que, embora praticados há um considerável período de tempo, só tiveram sua autoria e materialidade reveladas recentemente. Vedar a decretação da prisão preventiva neste último caso é o mesmo que premiar o suposto criminoso por sua habilidade em dissimular seus delitos.

Em terceiro lugar, é evidente que pela natureza complexa dos crimes de colarinho branco, que normalmente envolvem diversas fraudes e dissimulações visando conferir ares de legalidade aos eventos, sua elucidação e investigação são muito mais intrincadas, podendo vir à tona somente após um considerável período de tempo da sua consumação. Nesse aspecto, o comentário de SUTHERLAND é cirúrgico: “O sigilo sobre o cometimento do crime de





**PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO PARANÁ**
13ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA

colarinho branco é facilitado pela complexidade dos processos e pela ampla dispersão dos seus efeitos tanto no tempo quanto no espaço”³.

Essa dinâmica difere da encontrada nos crimes “comuns”, como roubo e furto, que normalmente se materializam em poucas condutas e em um breve período de tempo. Assim, ao contrário da maioria dos crimes, dificilmente ocorrem prisões em flagrante em delitos do colarinho branco.

Quando se limita o instituto das prisões cautelares a fatos recentemente praticados, em verdade está se relegando esta modalidade de prisão aos “crimes de pobres”. A crítica a um suposto ativismo judicial, sob o discurso da proteção da democracia, dissimula um vergenhoso ranço discriminatório que em partes explica os motivos pelos quais nossos cárceres estão lotados de pessoas de baixa renda. A crítica feita por SUTHERLAND na década de 1940, ainda ecoa nos dias atuais: “O criminoso de colarinho branco não se enxerga como criminoso porque não é tratado com os mesmos procedimentos oficiais como outros criminosos, e porque seu status é oriundo de outra classe social (...)”⁴.

³ SUTHERLAND, Edwin Hardin. **Crimes de colarinho branco: versão sem cortes**. Trad. Clécio Lemos. Rio de Janeiro: Revan, 2015. p. 341.

⁴ Ibidem p. 339.





**PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO PARANÁ**
13ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA

Nestes novos tempos que aqui se vislumbram, cumpre ao Poder Judiciário exercer sua força de maneira equânime e racional, orientando-se pelo princípio da igualdade e não conferindo maiores benefícios àqueles que, por sua posição econômica, já são privilegiados⁵. Por isso, no presente caso, a limitação à liberdade dos investigados está mais do que fundamentada na proporcionalidade da medida frente à gravidade concreta dos fatos e à perturbação gerada na sociedade. Se este não é um caso paradigmático de abalo à ordem pública e econômica, diante da magnitude do quadro de corrupção sistêmica aqui apresentado, então que se reflita sobre todas as prisões deferidas sob estes fundamentos.

Isto posto, defiro o pedido formulado pelo Ministério Público e, com fundamento no art. 312 do CPP, **decreto a prisão preventiva** dos investigados **CARLOS ALBERTO RICHA (BETO RICHA), JOSÉ RICHA FILHO (PEPE RICHA), EZEQUIAS MOREIRA RODRIGUES, LUIZ ABI ANTOUN, DEONILSON ROLDO (DEO), CELSO ANTÔNIO FRARE, EDSON LUIZ CASAGRANDE, TULIO MARCELO**

⁵ Conforme elucida ALEXY, o tratamento diferenciado conferido a determinadas pessoas só é justificável perante a justificação calcada em um argumento razoável. (ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. Trad. Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 408).





**PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO PARANÁ**
13ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA

**DENING BANDEIRA, ALDAIR WANDERLEI PETRY (NECO) e
DIRCEU PUPO FERREIRA.**

Tratando-se, em verdade, de uma conversão da prisão temporária em prisão preventiva, não se justifica a realização de nova audiência de custódia. Entretanto, caso tal audiência ainda não tenha sido realizada, deverá se comunicar imediatamente o Juízo responsável pelo ato.

Considerando que a publicidade dos atos processuais é a regra no nosso Ordenamento Jurídico, em respeito ao interesse público envolvido, levanto o sigilo destes autos e dos autos nº 0021378-25.2018.8.16.0013, uma vez que sua manutenção para o sucesso das investigações não mais se justifica.

Expeçam-se os competentes mandatos de prisão.

Ciência ao Ministério Público. Intimem-se os investigados.

Diligências necessárias.

Curitiba, 14 de setembro de 2018.





**PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO PARANÁ**
13ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA

FERNANDO BARDELLI SILVA FISCHER
Juiz de Direito

